

SESSÃO SOB O TÍTULO: «POLÍTICAS DE LÍNGUA NA GALIZA»

REALIZADA NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A SITUAÇÃO DA LÍNGUA

PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL

LISBOA, 29 OUTUBRO 2013

APRESENTAÇÃO DO MODERADOR IVO DE CASTRO:.

Boa tarde. É uma sessão dedicada às políticas de língua na Galiza.

Podemos colocar a sessão nestes termos. Esta conferência está dedicada ao futuro da língua portuguesa. O futuro da língua portuguesa é cousa que nós não vemos, não está à nossa vista, não conhecemos. Desejamos que seja isto ou aquilo outro. Aquilo que nós vemos é o passado, passado conhecido. Vivemos, de certa maneira, a olhar para o passado e a inspirarmo-nos nele. Quando pensamos no passado da língua portuguesa não podemos pensar na Galiza, porque a Galiza é o território em que nasceu a língua portuguesa. Inclusivamente, o Norte de Portugal chamava-se ainda Galiza quando a língua nasceu. Quando a língua portuguesa nasceu? Não sabemos quando. Sabemos que foi há mais de 800 anos. Isto talvez bastasse como justificação para que, numa reunião científica sobre a língua portuguesa esteja reservado um espaço para o galego e para a Galiza. Onde estão os portugueses estão naturalmente os galegos. E isto serviria, talvez, como justificação para a sessão que agora começa.

Mas há mais e mais perto de nós. É claro que falar do galego e das origens comuns com o português, talvez não seja falar do galego de hoje. Muitas pessoas dirão que o galego de hoje é uma construção que arrancou no século XIX, que tem passado por muitas dificuldades para ser hoje reconhecido como uma língua românica autónoma. Há muito galego de hoje que não se revê na imagem do galego como uma antiguidade no passado do português. Este tipo de discussões não estão hoje na ordem do dia, e não é aqui a altura de reacender questões desse género.

Na lógica desta Conferência há um ponto e que constitui uma das diferenças em relação à Conferência de Brasília de há alguns anos atrás. É a tónica que é dada ao fenómeno do multilinguismo ou, talvez dito melhor, ao da convivência que existe, não deve ser escondida e deve ser estimulada, do português com outras línguas. Há pontos que visam as práticas de coabitação e convivência entre o português e as línguas vizinhas. Ora, para aqueles que pensam que o galego hoje é uma língua vizinha do português de Portugal, aqui está uma outra justificação para falarmos de galego neste momento.

Há finalmente uma última e terceira justificação. Há cousas que nem precisavam de justificação. Estou a ter complacência com a retórica. É o seguinte. No passado recente, pós-franquista, a Galiza passou, como os territórios das línguas históricas da Espanha, por processos muito acelerados de afirmação, autonomização linguística e normalização interna. Nesses processos muito acelerados, não só pela urgência dos factos, como também pela abundância de dinheiros públicos distribuídos por Madrid às nacionalidades, para que atendessem a sua afirmação autónoma, cousa que a nós, portugueses, sempre nos causa muita inveja. Neste processo muito acelerado, cousas que foram discutidas, combatidas e acordadas na Galiza, num ambiente mais morno, como em Portugal, podem demorar séculos a desenvolver-se. O desenrolar de uma política linguística na Galiza é, em cápsula, um exemplo que nós podemos observar e acompanhar.

Temos na mesa, para falar dous representantes do Conselho da Cultura Galega. O professor Ramón Villares, que é antigo reitor da Universidade de Santiago de Compostela, e presidente do Conselho da Cultura Galega. E a professora Rosario Álvarez Blanco, que foi vice-reitora da Universidade de Santiago, e da direção do Conselho da Cultura Galega. Em termos portugueses precisaria de alguma tradução. Quem esteve antes na sessão de terminologias percebe a necessidade disso. O presidente do Conselho da Cultura Galega é a terceira figura do Estado Galego, digamos assim. Em termos protocolares é a terceira figura, o que significa que em Portugal seria equivalente ao Primeiro Ministro, que é a terceira figura do Estado Português. Isto dá uma dimensão que precisa de ser traduzida, mas dá uma dimensão da importância que a cultura galega e os seus responsáveis têm dentro da Comunidade Autónoma Galega. É, portanto, para nós uma honra irmos ouvir o que o Professor Ramón Villares nos tem para dizer e, depois, a professora Rosario Álvarez Blanco sobre políticas linguísticas na Galiza

E não quero, ao dar a palavra a estas duas pessoas, de alguma forma subestimar as comunicações que vamos ouvir a seguir. Porque as comunicações que vamos ouvir a seguir são as que estão na origem desta sessão. Se não tivesse havido comunicações voluntárias, espontâneas, que quisessem vir aqui falar sobre o galego, possivelmente nós, apesar de todas as razões, não teríamos feito uma sessão sobre o galego. Portanto, os colegas que vão passar a falar a seguir (Joám Evans, Joseph Ghanime e Antia Cortiñas) são os inspiradores do trabalho que estamos a fazer neste momento, e eu saúdo-os desde já.

INTERVENÇÃO DE RAMON VILLARES:

Boa tarde. Quero começar agradecendo este convite para estar nesta conferência. Já tive oportunidade de participar na Conferência de Brasília, ainda que, como já disse o professor Ivo de Castro, o formato era substancialmente diferente desta que se está a desenvolver aqui em Lisboa.

Estimo que, com esta presença aqui, está plenamente reconhecida a posição e situação da Galiza como cultura e como língua, como âmbito que ele definiu -e concordo- como o berço e a origem da língua portuguesa e, portanto, estou muito grato e muito agradecido ao Instituto Camões e ao Professor Ivo de Castro por esta acolhida e esta apresentação.

Dado que a minha formação profissional é de historiador, e não de filólogo nem sociolinguista, vou fazer algumas considerações de caráter, não tanto histórico como de política, com algumas referências às políticas públicas que têm a ver com a cultura e a língua. Ora, eu não tenho competência nem especialidade suficiente como para poder entrar em assuntos de outro estilo relativos à gramática, normativas e evolução sociolinguística da língua. Há outros especialistas, aliás, as próprias comunicações, e aguardo que façam também alguma referência a este assunto- de modo que vou fazer algo de história, perguntar-nos como chegamos até onde chegamos, à situação atual, e fazer algumas considerações, não me atrevo a chamar-lhe propostas, de aqui para a frente, para o porvir, para o futuro, se preferirem.

Devo dizer em primeiro lugar que, se a Galiza ou Galicia é o berço originário da língua portuguesa, mas esse facto não lhe dá uma especial originalidade porque, no contexto da reunião em que estamos, nesta Conferência em que os protagonistas são os 8 estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a Galiza está bem convidada, mas há que dizer que não é um estado. Não foi no passado nem é no presente. Não descarto, não se pode dizer o que será no futuro. Em qualquer caso, em termos comparativos, podemos dizer que dentro das realidades culturais ibéricas há 5 línguas oficiais: Castelhana, português catalão, êuscaro e galego. No contexto dessas 5 línguas, a posição da Galiza é a mais original, porque não teve instituições próprias, historicamente falando, pelo menos, desde o século XV, e nalguns casos, mesmo, desde o século XII, e contudo soube manter com grande firmeza uma cultura, sobretudo enraizada no âmbito popular, que lhe permite ser definida,

mesmo hoje, como uma grande nação-cultura do Ocidente, Não estado, mas sim nação-cultura em que a língua é uma parte, mas todo o que acarreta o modo de ver o mundo, essa identidade antropológica que define as pessoas e uma comunidade, é muito forte e, portanto, creio que este é o ponto fundamental para entender por que estamos aqui. Porque estamos combinando línguas oficiais com línguas que são oficiais noutra *status*. Pode ser uma *boutade* o que vou dizer. Tem-se dito muitas vezes que uma língua é um dialeto com um exército, ou um dialeto mais um exército. Quer dizer, métodos coercitivos para impor, nos processos de nacionalização, que foram muito fortes na história contemporânea, uma série de pautas culturais e linguísticas a uma sociedade política mais ou menos uniforme. Não é o caso da Galiza, dado que, apesar de não ter instrumentos coercitivos - exército - conseguiu manter até hoje uma língua forte, e uma língua que, sendo românica, como é sabido, faz parte de um conjunto de línguas com uma identidade que, mesmo é um pouco miraculoso. Um pouco surpreendente que tivesse resistido, como resistiu, popularmente, não só polas elites.

Sobre este substrato construiu-se uma cultura, uma alta cultura letrada. Este ano estamos a celebrar os cento e cinquenta anos da publicação dos Cantares Galegos, de Rosalia de Castro, no ano 1863, que é como o livro inicial desta alta cultura letrada, o que significa que houve um trânsito de uma língua popular a uma língua culta, feito por uma minoria de escritores que logrou construir uma cultura literária sobre o que era uma fala e uma cultura popular. Dentro desse processo houve uma aproximação de Portugal, à cultura e à língua portuguesa, que foi desigual. Foi esporádica no século XIX. Os representantes do regionalismo galego eram relativamente distantes ou não confiavam muito numa aproximação de Portugal. Murguía tem dito isto como uma espécie de desdém com que ele observava Portugal, mas tem havido outros valores, outras posições mais favoráveis, bem conhecidas, como Teófilo Braga. Acrescentou-se essa aproximação na época da Geração Nós, quando houve uma hipótese - realista, diria eu - de aproximação linguística e cultural, com membros da Geração Nós, mas também com Teixeira de Pascoães como figura principal da cultura saudosista do Norte de Portugal, mais outras grandes figuras da cultura portuguesa, alguns membros da Seara Nova, etc.

Toda esta restauração literária e esta tentativa de aproximação à cultura e à língua portuguesa foi realizada sem políticas públicas e sem apoio institucional. Não quer dizer que noutros lugares não se tivesse feito do mesmo modo, mas é importante sublinhar o caso da Galiza. Esta aproximação de Portugal foi continuada no exílio por pessoas como Castelão, que teve muitas relações com Jaime Cortesão e alguns outros exilados portugueses no Brasil. Polemizou mesmo com alguns exilados republicanos espanhóis também neste contexto. E foi também, em certo modo, mantida e sustida pela oposição no exílio interior. Devo lembrar que os Colóquios Luso-Brasileiros que são, em certo modo, um precedente destas conferências da língua portuguesa. No sexto Colóquio Luso-Brasileiro, realizado na Universidade de Harvard, de Colúmbia, a pedido de Machado da Rosa e Guerra da Cal, esteve presente Ramón Piñeiro, e lá fez uma intervenção sobre esta relação, sublinhando especialmente a ideia de que deveria pensar-se em fazer colóquios galego-luso-brasileiros, não só luso-brasileiros.

Na mesma perspetiva e na mesma altura histórica, um empresário galego que hoje aqui vai ser evocado extraordinariamente, Valentim Paz-Andrade, num artigo publicado em 1965, demandava a realização de um colóquio deste estilo, galaico-luso-brasileiro, de modo que há uma tradição de proximidade, que tem a ver com posições singulares de elites cultas, mas não tem a ver com políticas públicas realizadas por instituições de governo que possam incidir sobre o conjunto da população.

A viragem, a mudança, veio na década de 70, por várias razões. Uma de carácter mais interno à evolução das relações culturais, e outra de carácter mais político, polas mudanças que estavam a acontecer no próprio regime político espanhol. Viragem que, no plano mais concreto e mais atinente

à língua, poderia ser reduzido à polémica Rodrigues Lapa e Guerra da Cal, com Ramón Piñeiro, que se substancia no ano 1973/74. Devo lembrar o importante artigo de Rodrigues Lapa, “A recuperação literária do galego” publicado na revista Colóquio / Letras de 1973, como também na revista galega Grial, e a resposta - entre outros, porque houve mais do que essa resposta - de Ramón Piñeiro em 1974 em forma de carta a Rodrigues Lapa, onde situa os pontos básicos da estratégia que devia seguir o galego na Galiza, de forma diferente ao que propunha o Modelo Rodrigues Lapa. A isto há que acrescentar as mudanças que tiveram lugar na Espanha da década de , não só no tardo-franquismo, como também na transição democrática, e na construção do atual regime da Espanha das Autonomias. Por uma parte, em 1970 teve lugar um facto fundamental, a promulgação da Lei Geral de Educação, pelo ministro de educação de Franco Villar Palasí, que abriu as portas para uma maciça alfabetização geral da população incidindo, portanto, de uma forma muito direta, como política pública, no uso, aprendizagem e posição da língua dentro do ensino, e também da língua galega de forma negativa, porque estava fora da lei. Colocava, pela primeira vez, esse repto de estado, defrontar – de algum modo também na época da república – um modo de alfabetização maciça da população, neste caso, em língua castelhana. Se a isto engadirmos todo o processo de democratização e especialmente a descentralização política, que já Ivo de Castro evocou com a criação do Estado das Autonomias na Espanha, isto permitiu que, pela primeira vez, no caso da Galiza, Catalunha, País Basco, Valência e outros lugares, houvesse oportunidade de dispor, não só de recursos públicos, como também de instrumentos políticos para atuar nesta direção.

O que aconteceu na Galiza é bem sabido, portanto, não o vou evocar aqui. Com a incorporação do galego como língua ao ensino no sistema educativo, com resultados desiguais - e não vou fazer aqui um balanço – houve também uma intervenção através dos recursos públicos da Autonomia, noutros âmbitos, na administração pública em primeiro lugar, nas universidades, na administração local, permitiu algo que era solicitado por Lapa, na sua época, aos galeguistas, e a Piñeiro em primeiro lugar, e que não era previsível a curto prazo, que era lograr ter uma língua de prestígio a partir de uma língua rural, como Lapa considerava ser o galego.

Trinta anos depois, estamos longe de ter a situação prevista na “normalización lingüística” dos anos 80, contudo também longe dos pessimistas que pensavam que o galego ia desaparecer a pouco que entrasse nos média, no sistema educativo, etc. Os dados de que hoje dispomos, segundo os inquéritos sociolingüísticos, é que o galego é entendido por uma maioria da população da Galiza, que é falado por um 58%, que é escrito por uma proporção menor, naturalmente, mas digamos que há um predomínio, estatisticamente falando, daqueles que só falam galego, face aos que só falam castelhano, e que, em troca, há um segmento muito grande de pessoas que, ou bem falam mais galego do que castelhano, ou mais castelhano do que galego. Esta situação está a mudar, é lábil, não pode dizer-se que seja estável, mas creio que no futuro, segundo as previsões de perda de falantes, nos segmentos sobretudo juvenis, na mocidade, pode a médio prazo mudar progressivamente na direção de uma perda de posições do galego. Nesta perspetiva, o que se pode fazer, o que há a fazer?

Bom, eu não tenho uma receita mágica que possa resolver isto, não? Mas creio que, para dizê-lo de uma forma rápida e breve, penso que haveria que desandar alguns dos processos feitos e explorar mais alguma das posições que, mesmo Piñeiro lhe dizia a Lapa que havia de fazer, nos anos 70, é que a contradição não era entre o galego e o português, mas o galego com o castelhano. Isto quer dizer que - eu concluía - que deve poder caminhar-se cara ao português desde o galego, e não contra o galego nem contra o português. Este é um matiz, creio, muito importante. Isto significa que também é preciso ultrapassar alguma das armadilhas que os nacionalismos políticos colocam no âmbito das línguas. E aqui estamos falando de certo modo, de três nacionalismos políticos de diferente alcance, de nacionalismo espanhol, nacionalismo português ou luso, e nacionalismo galego.

Os nacionalismos tendem a fazer da língua como um signo de identidade algo excludente. Isto tem um problema, porque a língua é identidade, mas é comunicação, intercâmbio, capacidade para estarmos no mundo, e portanto não pode ser sempre identidade, e não pode ser sempre excludente. Em substância, então, creio que no contexto em que se está debatendo agora na Galiza, mesmo com a Iniciativa Legislativa Popular Paz-Andrade, eu creio que se vão abrir algumas possibilidades de repensar esta situação. Creio que é mais importante -e já lho disse aos próprios representantes ou promotores da iniciativa- que é mais importante fazer fincapé no âmbito da cultura do que no âmbito estritamente do ensino da língua. O ensino da língua pode realizar-se de formas muito diversas. É provável que possa progredir o ensino do português como língua estrangeira, mas isto, entendo, será um passo à frente, se é que se produz, mas é um passo menor. Em todo caso seria um passo importante. Na atualidade há 1400 alunos inscritos na escola oficial de idiomas, e 477 na ESO como segunda língua, e 194 como segunda língua, também, no bacharelato.

De modo que, creio, estamos longe ainda de poder converter o português numa língua estrangeira que substitua, não o inglês, mas sim o francês ou o alemão. Além disso, penso que o português deve avançar também do ponto de vista de uma familiarização cultural, literária, que poderia fazer-se de outro modo, outros âmbitos e outros instrumentos, audiovisuais ou educativos, que vão além deste próprio contexto da ILP.

E, sobretudo, eu, já que aqui há gente que têm responsabilidade não só no Camões, como também na CPLP, gostaria de acabar dizendo que também para nós os galegos, as instituições galegas, é muito importante que possamos ser identificados como tais, como instituições que podemos ajudar ou acompanhar este processo, mas este processo tem de fazer-se com um novo pacto, e que não pode fazer-se por um decreto, ou por voluntarismo, nem dizendo que aqui está tudo feito. Decidimos que aqui há galego ou há português. A sociedade galega é complexa e é lenta de reflexos, mas é firme quando adota decisões. Portanto, creio ser muito importante que na própria CPLP reflitam sobre isto. A Galiza não é um estado, é uma autonomia sujeita a um Estado diferente dos Estados que compõem a CPLP, e penso que também deve ter consciência do que supõem estas interferências no âmbito dos próprios estados nacionais, que não são fáceis de resolver, e que se precisa muito diálogo, e muita... como diria Adolfo Suárez, quando explicou a Reforma Política na Espanha, disse que se tratava -talvez o exemplo seja um pouco excessivo- de mudar a instalação elétrica sem que falte a energia, sem que falte a luz na cozinha, na sala de estar, no *living*. Seguir tendo luz elétrica e mudar a instalação. Isto é uma operação complicada, mas penso que entre todos pode tentar-se. Se se fizer só parcialmente, virá o fracasso, e será mais um fracasso. Assim como os argentinos estão afeitos às crises, os galegos estamos afeitos ao fracasso, mas não tem de ser sempre assim. E como creio que já me passei do tempo concedido, agradeço muito esta oportunidade para falar.

Reitero não só o agradecimento, como também este enfoque que nesta conferência se dá à diversidade linguística como um caminho, uma aventura, um lugar para podermos caminhar neste campo. Creio lembrar a Carta de Maputo, de que se falou hoje de manhã, também seria uma ajuda nesta direção. Portanto, temos que pensar que a Galiza não só é diferente, como também tem problemas específicos, e cultural e linguisticamente muito fortes, que podem ser resolvidos, mas não podem ser resolvidos por decreto, nem se podem resolver por uma espécie de receita mágica ou uma iluminação de um dia para o outro, mas que exigem tempo, precisam de muitas ajudas e também compreensão da parte dos que estão fora, e nomeadamente da própria CPLP, e dos países e das políticas linguísticas e culturais dos países da CPLP, e que entendam isto como algo diferente da Extremadura, diferente da Catalunha, e sobretudo é algo diferente da Guiné e, desde logo, de um estado-nação como os que integram a CPLP».

INTERVENÇÃO DE ROSARIO ÁLVAREZ:

Agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui. Começarei dizendo que, mesmo pertencendo ao Conselho da Cultura Galega, não represento aqui a voz do CCG no que vou dizer. Mesmo crendo que na instituição não haverá grandes discrepâncias em relação à posição que vou adotar. Da mesma maneira que sou membro da Real Academia Galega e sei que, o que vou dizer, não é discordante com o que a Real Academia pensa, mas não representa a voz da Academia Galega. E, como muitos dos presentes sabem, sou investigadora do Instituto da Língua Galega, que é a instituição de referência na investigação linguística na Galiza e, ainda que o que vou dizer tem muito a ver com muito do que se pensa dentro do ILG, também não represento aqui a voz do ILG. Represento a minha própria voz. Mas acho que não vou dizer nada discordante com o que em qualquer das três instituições que acabo de mencionar se pensa a respeito do presente e do futuro.

No dia de hoje fala-se muito do português mas também se fala muito do inglês. Creio que, em todas as sessões em que estive, se fala muito do inglês. A globalização produz uma nova ordem linguística caracterizada em grande parte, mas não só, pela emergência de uma língua particular, o inglês, que se vai convertendo na língua global, supranacional, supra-estatal, impulsionada não só pelas instâncias de poder de poderosos países anglófonos, como também por governos e elites dirigentes de países que têm outra ou outras línguas próprias distintas do inglês e, mesmo, em muitos casos, distanciadas do português em tipologia.

Impulsionado por esse movimento planetário e com ajudas endógenas e exógenas, é facto que o inglês não só se foi convertendo na língua da relação internacional no mundo dos negócios, a política, as comunicações, a investigação, etc. Acaba de insistir agora alguma instituição sobre o predomínio, a hegemonia do inglês dentro da ciência com grandes e graves consequências para as outras línguas, mas também que noutros lugares o inglês é a língua de instalação das classes sociais altas e boa parte da mocidade. Não há mais que ver a enorme quantidade de recursos públicos e privados destinados à aprendizagem do inglês, à tradução simultânea e à versão de obras originais a esta língua, mesmo às vezes obras que nunca vêm a luz na língua em que foram escritas.

Há este movimento a favor do inglês que parece hoje imparável, mas a verdade é que nenhum linguista se atreve a dizer que é imparável, porque a médio ou longo prazo pode deter-se e reverter, porque a história, em última instância, o que nos ensina é que a hegemonia nunca é para sempre, nem económica, nem cultural, nem política, nem religiosa, nem militar. Mas é verdade que hoje o sentimos como irreversível, ainda que se começam a advertir signos, em distintas partes, como reacção a esta tendência de mundialização do inglês como língua. Julgo que têm de ser considerados nessa linha movimentos ecolinguísticos, de forma muito mais ampla do que só referidos à ameaça do inglês, dentro das definições que poderíamos fazer de ecolinguística ou ecologia linguística destaco o da Pola da Linguística, que tem como objetivo principal detetar situações de fragilidade do meio ou risco de extinção, e que fomenta, portanto, políticas públicas que defendam o equilíbrio e a preservação da diversidade linguística, contribuindo assim também à proteção e preservação das línguas do mundo. Creio que os movimentos ecolinguísticos têm muito a ver com isto. Acho também que tem a ver com essa reacção ao exclusivo domínio no inglês, todos os movimentos abrangíveis sob o rótulo da Intercompreensão. Românica, Germânica, Eslava, etc. Começaram há uns anos sendo posições particulares ou de pequenos grupos, e acabaram sendo posições de organizações supranacionais, como é o caso da União Latina, ou FestLatino. Aproveito de novo para recordar a perda irreparável de Humberto França, que o fazia possível.

Leio a página que dá as boas vindas à Eurocomrom, da União Europeia, em que se diz: «as línguas europeias não são alheias umas para as outras. Estão relacionadas, No seio das famílias linguísticas românica, eslava e germânica a gente entende-se naturalmente. Eurocom marca o caminho para o plurilinguismo. A intercompreensão europeia constitui a nível cultural um complemento ao inglês como língua universal. Eucocom preserva a riqueza cultural e linguística da Europa».

A realidade destes movimentos de intercompreensão reside em que tomam a bandeira do interlinguismo como garantia de respeito e preservação da diversidade cultural e linguística, sem converter uma das línguas particulares em hegemónica. Dizia antes o professor Ramon Villares que o português e o galego fazem parte da família românica. A aliança estratégica dos falantes de línguas românicas que são facilmente intercompreensíveis, portanto domináveis a efeitos práticos, de codificação oral ou escrita, converte esta força humana numa das mais numerosas espalhadas por todo o planeta. Já sem contar com que, logo, estas línguas românicas estão em contacto com muitas línguas locais ou regionais, línguas indígenas de distintos países, com as que são interlocutoras privilegiadas. Acho que também tem a ver com esse temor ou com essa reação à conversão de uma língua única, o temor de que a globalização resulte em homogeneização, e que isso acentua os movimentos identitários. Como disse Fishman nalgum momento, nunca até hoje houvera tantas línguas estandardizadas e com políticas de recuperação em andamento. E isso é aplicável não somente a línguas emergentes, como é o caso do galego, como também a línguas que nunca pensaram sentir-se ameaçadas, como é o caso do francês. A lei Toubon do ano 1994, em última instância, vinha frear o avanço do inglês, tomando medidas como a necessidade de substituição canónica de anglicismos, rotulação e publicidade em francês, etc. Este mesmo congresso em que estamos é uma amostra também de que o português reage adotando políticas públicas que ponham freio, de alguma forma, à situação de minoração em que pode ficar a língua, apesar dos muitos milhões de falantes que tem. Mesmo alguns autores assinalam claros indícios de volta às origens, que pode acarretar uma oportunidade para as línguas que se vinculam com heranças de tipo cultural, como é o caso do português na China, África ou Índia. Essa oportunidade é possível também como consequência de o inglês deixar de ser uma língua estrangeira para ser uma língua básica, que se aprende cada vez a uns níveis mais básicos do ensino, portanto, o nicho de língua estrangeira que está presente, praticamente, em todos os currículos escolares do mundo, deixa de ser ocupado, e aí há oportunidade para línguas de herança cultural, como poderia ser o português, como dizia antes, mas também no nosso caso poderia ser o galego em alguns lugares. Tudo isto que estou a dizer tem a ver com a fortaleza e o valor estratégico das línguas, mas também do que se está a falar neste congresso, mesmo se nem sempre é chamado assim.

É um lugar-comum afirmar que a vitalidade de uma língua não se mede só pelo número de falantes, pela robustez que mostra no seu território, no seu nicho particular. Também não se mede pela necessidade que os seus falantes têm de aprenderem outra ou outras línguas. Há outra dimensão a somar a isto, e é o que nos ocupa ao falar da língua portuguesa, que é o seu valor estratégico, que se mede sobretudo fora da comunidade de falantes, pelas oportunidades que a língua própria oferece aos seus falantes fora. A resposta à recorrente pergunta “para que serve o galego fora da Galiza?”. E mede-se também pela necessidade que outros falantes têm de se aproximarem da nossa língua. Fazendo uma pergunta típica: para que quer um estrangeiro aprender galego? Pois bem, esse valor estratégico está por trás da visão linguística que fazem os indivíduos quando se lhes apresenta a ocasião de optarem. Em que língua quero instalar-me, fazer literatura, redigir um artigo científico, rodar um filme, fazer publicidade, pôr um anúncio, educar os meus filhos... ou também, quê outras línguas quero aprender. Em que outras línguas gostaria de poder ler uma obra literária em versão original, ver um filme...? São questões ligadas ao valor estratégico que se concede a cada língua. E na definição desse valor estratégico joga o complexo sistema de variáveis que se combinam em distintos graus, em que intervêm fatores como o número, dimensão, posição e espalhamento dos países em que se fala como primeira língua ou não, a relação como língua areal com outras línguas regionais ou locais, sobretudo nos casos em que atua como interlocutora privilegiada para línguas vernáculas, sobretudo se estas forem minoritárias ou muito diferentes entre si. A proximidade tipológica com outra ou outras línguas com as que tem fácil capacidade de intercompreensão. A medida em que os falantes de outras línguas decidem aprendê-la, em geral em atividades que não atingem a toda a população, só a setores mais ou menos especializados. Também intervêm neste valor estratégico a sua relação com a criação, inovação e tecnologia, por isso passamos o tempo contando que posição ocupa o galego, português ou espanhol em relação com o número de páginas

web, etc. Por isso alguns autores falam da galáxia das línguas. As línguas não organizadas em famílias de acordo com uma tipologia mais ou menos familiar, genética, mas numa espécie de campo gravitacional em que umas dependem de outras, e não só as pequenas dependem das grandes, também as grandes dependem das pequenas. Quer dizer que a Lua orbita arredor da Terra, mas a Terra também precisa da Lua. A vida não seria a mesma sem ela. Esta é uma dimensão que está presente no ânimo e a preocupação dos linguistas desde há décadas, mas que a globalização colocou no centro da atenção. Radica, sobretudo, no difícil equilíbrio entre o cultivo da diferença, a singularidade, a identidade, o que um pode oferecer de próprio e distintivo que não todos têm. E, por outro lado, a garantia da similitude, aquilo que permite o intercâmbio, a comunicação, a circulação. E aqui é onde entra o valor e posição estratégica que concedemos ao galego. E logo referirei a sua relação com o português.

O galego, como já foi dito, é a língua própria e oficial de uma nação sem Estado. Assim se recolhe no nosso Estatuto de Autonomia, que também declara a co-oficialidade do espanhol como língua oficial de toda Espanha. O galego, junto do catalão e o basco são as três únicas línguas europeias não oficiais de estados que podem ser utilizadas nas instituições da União Europeia. Este carácter de semi-oficialidade, desde 2005, reconhece o direito de nos poder dirigir na nossa própria língua às instituições comunitárias e a ser respondidos em galego por elas. Também propicia que alguns documentos e publicações emanadas das instituições comunitárias sejam traduzidas à língua galega. O número de falantes estima-se em perto de 3 milhões no território originário, que é a Galiza mais a franja que acompanha a Leste, na parte ocidental das Astúrias, Leão e Samora. Além disto, devido a processos migratórios que já duram séculos, recorrentes a distintas partes do mundo, existe uma ampla comunidade galega no exterior que, com frequência, se articulou em sociedades e que conservou em muitos casos a sua língua como marca de identidade, como veículo comunicativo no âmbito privado e público. Nalgumas áreas no âmbito público. Refiro-me a publicações periódicas, criação e edição literária, comunicação radiofónica, artes cénicas, etc. Provavelmente a soma dos galegos do território originário junto de parte desta diáspora, é o que justifica a atribuição de algo menos de 4 milhões de falantes que atribui Moreno na sua Enciclopédia das Línguas do Mundo, obra de referência, ou que o Etnologue, ainda de mais referência, lhe atribua 3 milhões e que situe o galego no posto 160 das línguas do mundo. No âmbito europeu o galego é uma língua de tamanho médio-baixo, longe das línguas das 18 línguas europeias mais faladas, todas elas por cima dos 10 milhões, e no intermédio das que contam por milhões. A maior parte das línguas não chegam a 1 milhão de falantes. Nessa ordem o galego situa-se entre outras línguas sem estado como o norueguês e lituano, que passam dos 3 milhões, ou o letão, macedónio e esloveno, do outro, que não passam de 2 milhões. Insisto em que dou número de falantes mas que a fortaleza das línguas não se mede por número de falantes.

Segundo informação sintetizada pela Real Academia Galega -cito textualmente- em número de falantes o galego ocupa o lugar 160 entre as 5500 línguas do mundo. O lugar 23 entre as 150 línguas europeias, e é a segunda língua europeia mais falada entre as que não são oficiais em nenhum estado. Este ano em que estamos, 2013, cumpriu-se o 30 aniversário da Lei de Normalización Lingüística, que é a regulamentação destinada a devolver o status de dignidade para a língua da Galiza. O galego, entenda-se. Para instaurar também o grau de oficialidade que vinha sendo reclamado, à vez que devia servir de quadro jurídico para direitos e deveres de toda a sociedade galega em relação com a língua. Junto da oficialização da língua veio a oficialização das normas linguísticas que devem reger a vida pública, sobretudo no ensino. A forma padrão do galego moderno, que foi elaborada pela Real Academia Galega, que, por lei, tem a competência da normativa da língua galega, e polo Instituto da Língua Galega, que é o instituto de investigação de referência, tem 4 princípios básicos: fidelidade à língua real falada polo povo, depurada das possíveis interferências causadas pela pressão do espanhol; o carácter supra-dialetal, de maneira que todos os galegos e galegas se deviam sentir representados por igual; a continuidade com a tradição, remontando-se mesmo até à época medieval; e a harmonia com as outras línguas romances, e em

particular destaca-se a harmonia com a língua portuguesa.

Diante dos falantes de uma língua multimilionária como o português, não está a mais declarar, ou explicar mais bem, que a procura da “normalización” do galego não é uma atitude romântica de imolação coletiva. Dum lado nós reclamamos um direito humano básico, que é olhar e interpretar o mundo, e exprimi-lo na nossa língua plenamente normalizada, e continuar a contar o mundo na nossa língua para os nossos descendentes. E por outra, sabemos que a defesa da independência da nossa língua, que não pode dissolver-se nem como dialeto do espanhol nem como dialeto do português - seria mais próximo, em todo caso, do português que de nenhuma outra língua - e consoante com o valor estratégico do galego no conjunto das línguas do mundo, ao que já me referi em várias ocasiões.

Dentro dessa galáxia das línguas, o galego ocupa uma posição de língua regional. Não me vou referir agora a ela, ocupa o seu nicho originário e pouco mais. É uma língua dentro do conjunto românico, e dentro desse contínuo românico -sabemo-lo todos- o mais próximo é o português. É a língua românica mais próxima do português, e da mesma maneira, ainda que nesse contínuo está em relação com o asturiano e com o espanhol, e logo com toda a Península Ibérica, até ao catalão, nós temos claro que a proximidade do português é muito maior que a qualquer outra língua românica, e não vou deter-me nisso, porque me parece que com este auditório, com fazer essa afirmação chega. Mas quero dizer que, de todas maneiras, nós situamo-nos aí numa espécie de ponte, continuum por um lado e continuum polo outro. E creio que essa situação de língua que é uma ponte entre as duas línguas faladas do planeta reforça o nosso valor estratégico. E vou referir-me também, dentro deste valor estratégico, à inovação e às TIC...

Em suma, pode afirmar-se que o galego, principal sinal de identitário dos galegos, e componente essencial da marca “Galicia” tem o valor estratégico de ser a língua própria de uma comunidade linguística que é ponte entre os dous hemisférios do hispanismo. O nucleado polo espanhol e o nucleado polo português. Que tem detrás a força de uma sociedade dinâmica e criativa, que não há muito recuperou os seus direitos e que reclama o seu espaço no mundo, mas também que não nos vale qualquer espaço. Os galegos sentimo-nos parte da família portuguesa. Sobretudo no aspeto linguístico, mas não só. Queremos por isso que em Portugal e nos países de língua portuguesa se saiba da nossa existência. Que se nos conheça e que, se for possível, sejamos apreçados. Porque nem sempre nos sentimos apreçados, isso também há que dizê-lo. Sim nos sentimos conhecidos. Há um refrão velho que diz, quem não conhece não dá apreço. Somos uns parentes que, estando fora destes países, na distância próxima, seguimos com muito afeto e bastante atenção as suas vicissitudes no campo da língua e da cultura. Também da sociedade. Que nos alegramos com os seus logros e que padecemos os seus contratempos. E que nestes assuntos de família sempre convém esclarecer que não aspiramos a partilhar a herança. Sabemos que nós não falamos português e temos a responsabilidade de preservar a língua galega, mas podemos propiciar um achegamento tão estreito como seja possível, desde a independência e o respeito mútuo pedimos e oferecemos diálogo, intercâmbio de conhecimento, apoio estratégico e colaboração sempre em positivo. Galiza dotou-se de instituições que podem ser perfeitas interlocutoras para este diálogo. Instituições públicas equiparáveis às instituições portuguesas que estão representadas neste congresso.

Muito obrigada.

COMUNICAÇÃO DE JOÁM EVANS PIM:

Antes de mais gostaria de agradecer ao comité científico, ao comité organizador, e à CPLP e ao IILP que são os organizadores deste evento, a possibilidade de manter uma mesa com este tema que, para nós, obviamente, é muito importante.

Aproveito para me apresentar. Sou Joám Evans Pim. Faço parte da Comissão Promotora da «Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a lusofonia». Na hora de entrar repartimos um documento que é o parecer dessa comissão. Então, se alguém não tiver, poderemos entregar. E a ideia de entregar este documento é, precisamente, que tenham toda a informação sobre a questão que gostaria de apresentar hoje aqui. Também faço parte da Academia Galega da Língua Portuguesa, que é uma das entidades promotoras desta ILP.

O título da comunicação é «A ILP Valentim Paz-Andrade e o estatuto do português na Galiza». Para discutir o estatuto do português na Galiza há que referir, em primeiro lugar, o próprio estatuto de autonomia da Galiza, que é do ano 1981. Nesse estatuto coloca-se que galego e espanhol serão línguas cooficiais. A questão e o problema, nas discussões que se têm produzido durante os últimos 30 anos, está na própria identidade e na própria conceção que se tenha do galego. Para muitas pessoas, especialmente dentro dos movimentos sociais em defesa da língua, galego é um glotónimo para a variedade do português que se fala na Galiza. Enquanto para outras instituições o galego seria uma língua independente. É o caso das que ouvimos antes.

Do nosso ponto de vista, no fim da década de 70 iniciou-se o processo para dotar a Galiza de uma norma ortográfica, e era também um momento em que se estava reinterpretando a própria identidade da Galiza, na que a língua jogou um papel muito importante. Nessa altura, o professor Carvalho Calero foi liderando uma comissão para elaborar uma norma ortográfica que partia do princípio de uma trajetória de convergência com a língua portuguesa. No entanto, no início de 80, e, em particular, no ano 83 aprovou-se um decreto, chamado Decreto Filgueira, através do qual uma outra norma que fora criada pelo Instituto da Língua Galega e a Real Academia Galega que, precisamente, cortava essa trajetória de convergência, procurando uma reaproximação com a ortografia do castelhano, com a qual estavam as pessoas mais familiarizadas. No entanto, nas duas décadas seguintes coexistiram as duas tendências. Uma delas reivindicando a unidade da língua, da língua da Galiza, e da língua falada nos distintos países de língua portuguesa, e uma outra que começou essa viragem de costas ao português.

Durante os anos 80 e 90 as duas trajetórias, as duas linhas de atuação foram muito ativas. No ano 86 criou-se uma Comissão Galega para a unificação da língua portuguesa, e uma comissão galega participou nas reuniões do Rio de Janeiro do ano 1986. Três anos mais tarde participou também uma Delegação da Galiza na reunião que teve lugar em Lisboa em 1990, na Academia das Ciências, precisamente aquela em que se estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Lá estava uma Delegação da Galiza e, de facto, no preâmbulo desse tratado internacional consta essa presença da Galiza, que até é referida nalguma das bases, por exemplo, léxico da Galiza, tipicamente galego, como podem ser as palavras lôstrego e brêtema, que não são frequentes em nenhuma outra variedade do português.

No entanto, durante os anos 80 e 90 houve um grande desentendimento entre essas duas visões da língua da Galiza. Mas -aproveito para fazer menção ao verso de Camões- mudam-se os tempos e mudam-se as vontades. E, de facto, já com o século XXI, uma maior atividade editorial e uma renovação das pessoas à frente dos movimentos, fez possível que se tenham mudado certos discursos. É nesse sentido e nesse espírito, precisamente, que foi proposta a Iniciativa Legislativa Popular da que eu gostaria de falar.

Na Galiza existe um procedimento legislativo através do qual 15,000 cidadãos podem propor ao Parlamento um projeto de lei. O processo iniciou-se há dois anos, a partir de uma reunião da Academia Galega da Língua Portuguesa. Era um texto muito básico que partia da ideia de criar um documento de consenso no qual pudessem convergir as distintas visões que existem sobre a língua. Um texto no que se pudessem ver refletidos tanto as pessoas que consideram o galego uma língua

independente, sem mais vínculos com o português do que vínculos históricos, e as pessoas que consideram o galego como uma variedade da língua conhecida internacionalmente como língua portuguesa.

Neste sentido, a proposta inicial da iniciativa tem três artigos básicos. O artigo primeiro faz referência à introdução gradual da língua portuguesa no sistema educativo da Galiza. E da comissão promotora não quisemos entrar nas considerações problemáticas de se esta introdução deveria ser feita dentro das aulas de língua galega ou como língua estrangeira. Nós partimos da ideia de que o português é uma mais-valia para as galegas, e que, portanto, a sua introdução no sistema educativo deve ser feita independentemente deste tipo de considerações.

Uma segunda parte do artigo faz referência a que os conhecimentos em língua portuguesa sejam valorizados no acesso à função pública na Galiza, precisamente par facilitar algumas das propostas que são feitas nos restantes artigos, em especial o artigo segundo, que está direccionado para um aumento, um maior relacionamento da Galiza, em todos os níveis, como os países de língua portuguesa no âmbito cultural, económico, académico, etc. Neste sentido cabe apontar o nome da pessoa que leva associado esta lei, Valentim Paz-Andrade. Foi, antes de mais, um grande empreendedor, um dos grandes empresários da Galiza. Foi um dinamizador da indústria pesqueira de processado de produtos do mar. Mas foi também um pensador, e na altura dos anos 80, na altura desse debate intenso entre visões distintas da língua, ele era membro da Real Academia Galega e, junto de outro membro dessa instituição, Jenaro Marinho del Valle, integrou a Comissão Galega do Acordo Ortográfico, que foi a promotora da participação dessa Delegação da Galiza nos encontros que vieram a produzir o Acordo Ortográfico. Neste sentido nós quisemos homenagear Valentim Paz-Andrade como empreendedor, e como pessoa que tinha uma visão extensa e útil da língua da Galiza, que considerava que o galego, precisamente, abria portas para um universo económico, de intercâmbios empresariais e culturais, muito maior.

Uma das linhas com as quais nós quisemos reforçar é que, no atual cenário de crise económica, a Galiza tem sofrido muito, como também Portugal, esta situação. Uma abertura da nossa língua para o universo da língua portuguesa seria um fator de diferenciação, um fator que poderia, precisamente, ajudar a dinamizar a economia e o âmbito empresarial. Aliás, é uma mensagem que foi muito bem recebida no âmbito empresarial e algumas entidades como a própria Federação de Parques Empresariais colaboraram para a redação deste parecer, com algumas propostas que eles imaginaram na altura

Um terceiro ponto que faz parte desta iniciativa é uma reivindicação histórica, é que na Galiza possam ser recebidas televisões e rádios em língua portuguesa. Existe já um acordo unânime do Parlamento da Galiza, de há 2 ou 3 anos para viabilizar este projeto, e também um acordo na Assembleia da República portuguesa, neste caso, para que seja possível concretizar esta reciprocidade, no atual quadro da legislação europeia, que contempla a Diretiva de transmissões sem fronteiras.

No fim das contas, o espírito que move esta iniciativa é promover um novo consenso, um novo diálogo social que consiga um maior aproveitamento da proximidade que existe entre as falas galegas e as falas dos países de língua portuguesa, independentemente da visão que existe sobre a língua. Na Galiza há um debate ortográfico que não pretendemos abrir com esta lei, mas o que sim pretendemos é que deixemos de estar virados de costas para o universo de língua portuguesa. Neste sentido, o facto de que em maio deste ano a proposta de texto fosse admitida, e tomada em consideração, por unanimidade, pelos 75 deputados do Parlamento da Galiza é um fito nesse caminho de consenso. Durante o verão foram apresentadas emendas, pelos distintos grupos parlamentares, e nas últimas semanas tivemos reuniões com todos eles, precisamente para dilucidar quais seriam as emendas mais apropriadas. Nesta mesma semana, e possivelmente nas duas

próximas terão lugar as reuniões da Comissão de Educação e Cultura do Parlamento da Galiza, nas quais serão transacionadas as distintas emendas, e confiamos que antes do fim deste ano a Lei Paz-Andrade para o aproveitamento da língua portuguesa seja lei da Galiza e, portanto, abrirá um novo cenário para o seu desenvolvimento, a sua concretização através de decretos específicos. O nosso pedido a toda a comunidade de países de língua portuguesa é que exista uma colaboração para implementar este tipo de decretos e, no seu conjunto, aplicar a Iniciativa Paz-Andrade na Galiza. Obviamente, tanto no âmbito do ensino como da cooperação internacional como da receção e intercâmbio de produtos audiovisuais é necessário que exista também uma implicação da parte das instituições dos países de língua portuguesa, para que a Galiza possa realmente usufruir e desenvolver este seu potencial, e mesmo servir como uma ponte, um interlocutor entre o universo de língua portuguesa e o universo de língua espanhola.

Bom, não quero tirar mais tempo aos meus colegas. Eles vão apresentar um dos aspetos que está contemplado nesta lei, que é o âmbito do ensino, e para o debate têm o parecer impresso. Têm, da perspetiva desta Comissão Promotora, quais são as distintas possibilidades para concretizar o texto da lei Paz-Andrade. São as nossas propostas, humildes e desde distintas perspetivas e possibilidades, que poderia oferecer a concretização desta Iniciativa Legislativa Popular.

Mais nada. Muito obrigado.

COMUNICAÇÃO DE JOSEPH GHANIME E ANTIA CORTIÇAS LEIRA

Nota: A apresentação de Antia Cortiças e Joseph Ghanime foi feita com apoio de uma apresentação com imagens e legendas, pelo que haverá algumas perdas de informação contextual na transcrição. Em casos pontuais, sintetiza-se entre parênteses retos a informação visual.

INTERVENÇÃO DE ANTIA CORTIÇAS LEIRA:

Boa tarde a todos e todas. Eu sou Antia Cortiças Leira. Sou professora de português na Galiza. Considero-o completamente um luxo. Vimos apresentar aqui a visão do que é o coletivo profissional de Docentes de Português na Galiza, com todas estas questões que já viram agora, que é uma confusão. Então, como docentes de português da Galiza, vou fazer uma breve apresentação do quadro, do panorama, ao qual já referiram os meus colegas -condições e coisas que acontecem- e já agora, estava esquecendo, eu sou professora de português e eu ensino português nas aulas. E também sou galega, então posso falar aqui assim, num foro que partilha, onde se está pretendendo chegar a um consenso e a falar de futuro de uma língua. Então agora vou explicar mais com este sotaque.

Como estava falando, somos da Associação de Docentes de Português. Então vamos ver o panorama do que acontece na atualidade na Galiza com a língua portuguesa, e o contexto em que se insere. Como temos visto, é uma confusão, uma janela em muitos lugares, uma porta está aqui, está ali. Não sabemos como sair, como entrar, como colocarmos, o que dizemos nós, o que pensam os outros de nós. É uma confusão, por todo o falado anteriormente por Ramón e a Rosario.

Vamos abordar esta apresentação de três pontos de vista. O processo educativo, que é do que vou falar eu. Depois darei passo ao meu colega Joseph, que falará um pouco mais dos discursos que acarretam esses posicionamentos no sistema educativo, e depois da prática pedagógica real. Penso que também é importante porque é de que estamos falando. Quem aprende, quem fala, quem usa, comunicar, etc.

Neste sentido, a língua portuguesa na Galiza teve diferentes enquadramentos em muito pouco tempo. Como comentaram antes os colegas, é no ano 1973 que se democratiza o ensino, portanto, é

quando começa a haver uma massificação do alunado, com planos de ensino que vão ser aplicados, etc. Nessa primeira aplicação, no respeitante ao ensino universitário, que é o que capacita profissionais para tarefas educativas, estavam unidas filologia galega e portuguesa. Depois apareceu o processo de autonomia (política) e de normalização linguística. A partir de aqui, no início da década de 90 produz-se uma separação. O que antes era filologia galego-portuguesa passa a ser filologia galega e filologia portuguesa, o que é de conhecimento de toda a gente. Mesmo assim, mantém-se esse ramo comum. Nós, como estudantes da chamada filologia portuguesa estudamos o padrão da Galiza e vice-versa, os de filologia galega estudam língua portuguesa padrão referencial de Portugal. A partir de aqui voltam a produzir-se modificações. O processo de Bolonha começa mais tarde no Estado Espanhol, e foi em 2009-2010 que se começa a sua instalação, que implica uma re-estruturação dos ciclos académicos, não só a nível de currículo, como também a nível de organização de cursos.

Eu estudei filologia galega também, mas não venho aqui falar estritamente de questões filológicas, porque a língua é mais do que isso, por esse motivo há estes conflitos que aqui vemos. Não vou entrar em processos históricos e a sua evolução. Porque, em primeiro lugar, estamos a olhar para o futuro.

A partir de 2009-2010 começa a aplicação do processo de Bolonha, re-estrutura os cursos e produz-se a separação, de alguma maneira, não só a nível de língua, como de organização curricular. Já não se foca o ensino no que é a língua, como em intercâmbio cultural, em multiculturalismo e aprender diferentes maneiras de ver o mundo. A partir de 2013 chega a ILP à política galega, essa proposta de lei para reformar as cousas.

Como foi referido, os dados do ensino do português na Galiza indicam que há 1000 estudantes. Nas escolas oficiais de idiomas, que é um nível de ensino quase inexistente no resto da Europa. É um luxo que possamos desfrutar deste serviço no estado Espanhol, um sistema de ensino público com ajudas públicas muito importantes e que favorecem um ensino mais democrático. Portanto é aqui onde está o maior peso do ensino do português. No ensino secundário há por volta dos 500-600 alunos e, no universitário, em diferentes formas, em diferentes centros de línguas, integrados ou não nos planos de estudos. E também no ensino primário, em cujo caso dependem do governo português e do delegado do Camões IP em Madrid. São poucos ainda, e em zonas raianas onde se pressupõe um intercâmbio maior, e onde as pessoas precisam de um mínimo reforço ou adaptação a diferentes realidades culturais e socioculturais. As escolas de idiomas estão orientadas a adultos, sendo voluntários. O problema é que com esta instabilidade, na ausência de decretos, leis e regulamentação, provoca um voluntarismo no ensino secundário. Não há uma aposta pelo profissionalismo -do qual agora eu faço parte, como Associação de Professores de Português- e está em evidente desigualdade com referência a outras línguas como o inglês ou francês, que sim têm os seus canais de profissionalização, com regulamentação.

Não vou estender-me mais, porque o que tem a dizer Joseph é o mais interessante do que fizemos agora para este encontro. Vemos que há um leque enorme de possibilidades, pensamentos, ideologias, visões, e não sabemos muito bem onde é que estamos. Vamos ver como é que vamos saindo desta situação. O importante é confluirmos. Ainda que os rios vão dar ao mar, às vezes o mar pode ir dar ao rio. O que é comum a todos os que estamos aqui é que o uso, ensino e aprendizagem da língua portuguesa, como de qualquer outra língua, seja mais à galega, à portuguesa ou à moçambicana, à angolana, à timorense ou à que for, é boa e dá riqueza. Todo conhecimento é bom.

A partir de aqui vêm outras propostas.

INTERVENÇÃO DE JOSEPH GHANIME:

Boa tarde, eu também sou professor de português na Galiza. Fui professor na Escola de Línguas de Lugo, por 5 anos, portanto faço parte tanto da lugofonia como da lusofonia, e vou falar também à galega. Embora nas aulas usemos um sotaque português, agora vamos falar à maneira galega.

Quero agradecer que tenham aceite a nossa comunicação, porque nós estamos aqui simplesmente na qualidade de docentes, nada mais. Não somos grandes especialistas na língua nem sábios. Sempre temos muito mais a aprender do que aquilo que sabemos. Também somos ativistas da língua. O que temos a apresentar são as duas vertentes do nosso trabalho. Eu vou falar dos discursos sobre o ensino do português na Galiza, com base num inquérito que não é nada definitivo, é só um início, um inquérito que realizamos com 100 estudantes de português das escolas oficiais de idiomas. Por isso quero que os resultados se tomem também com toda a prudência que tem um mero início. Não é mais do que isso.

Um dado muito surpreendente. De 100 estudantes inquiridos, apenas o 1% consideraram que o português é uma língua estrangeira como qualquer outra. Quer dizer, o número de estudantes que começam a estudar português. Estamos a considerar o ensino básico. O número dos que entendem o português como língua estrangeira é ridículo. Isto é, não sabemos muito bem o que é o ensino de português na Galiza, mas não é o ensino de uma língua estrangeira como qualquer outra. Aqui poderiam começar os consensos.

Duas metáforas que acho operantes na Galiza, e as duas muito respeitáveis, do nosso ponto de vista: “português e galego, línguas irmãs”, e “português e galego, no essencial, a mesma língua”. Entre as respostas dadas neste sentido atingimos uma percentagem de 75%, Não incluímos no nosso inquérito, mas alguém sugeriu, quando chegou o inquérito, que achava em falta essa outra opção, que o português fosse filho ou filha da língua galega. Recebemos um e-mail de uma pessoa muito zangada porque não tínhamos colocado essa hipótese. Queremos fazer jus a esta pessoa e não deixar de mostrar a sua opção.

Algumas outras questões que podem ser consensuais. Em primeiro lugar, o português é uma língua que liga identitariamente com a Galiza, que é uma língua de enraizamento galego. De uma forma ou outra, todas muito respeitáveis. Os nossos inquéritos e a nossa experiência docente dizem que é consensual. Também se referiu ser consensual que o português liga com o passado dos galegos. Liga de uma forma muito direta, tanto na sua ortografia quanto na sua história, em geral, com o nosso passado. Liga também com o nosso presente. Têm uma imagem do festival de Paredes de Coura, um festival que se realiza no Minho, onde muitos jovens, nomeadamente galegos e portugueses, se encontram para desfrutar da música. É uma das múltiplas formas de como o português é operante na nossa sociedade. E também pensamos que tem uma ligação direta com o futuro, porque, com independência da ideologia linguística que se defender, penso que ninguém nega, na Galiza, que uma das peças da viabilidade do galego no futuro é a sua relação com a lusofonia, de muito diversas maneiras, todas elas também muito respeitáveis. 60% dos docentes inquiridos, portanto, tiraram a conclusão de que o ensino do português na Galiza não encaixa nas rotulagens convencionais. Não é bem o ensino de uma língua estrangeira, isso é claro, mas ninguém sabe muito bem o que será. Ninguém sabe muito bem o que poderá ser. Então vamos com algumas propostas de procura de consenso e de expansão do ensino do português na Galiza.

Primeiro, pensamos que seria consensual dar importância a três vantagens que têm os galegos em relação ao português. 1. Vantagem identitária: como foi referido, o português nasceu na Galiza; 2. Vantagem comunicativa: os estudantes galegos atingem o nível B1, que é o exigido em muitas instituições, em termos curriculares, muito mais depressa no português do que noutras línguas, e 3. Vantagem profissional e relacional. Pensamos que são três eixos em que podemos encontrar consenso na sociedade galega para promover o português.

Em 2003 houve um Acordo de Barcelona, da União Europeia, através do Conselho da Europa, em que se estabeleceu como objetivo a atingir, para os estudantes de línguas, a aquisição de uma língua materna, mais uma língua internacional, mais uma língua de preferência pessoal. Podem ver claramente que não fiz referência ao inglês. A língua de comunicação internacional pode ser qualquer uma, não tem por que ser o inglês, e a língua de preferência pessoal pode ser uma língua minoritária ou minorada, não tem por que ser uma língua com muitos falantes. Então este é um cenário que julgamos positivo no futuro: por um lado, galego e português como língua própria, quer entendendo-as como línguas independentes, quer como fazendo parte da mesma língua. Com independência desse debate; mais uma língua que poderíamos chamar *ambiental* ou *oficial* ou materna, também, de muitos galegos, que seria o espanhol; mais uma língua de comunicação internacional e uma língua de preferência pessoal. Não estamos a falar de língua materna + 2, mais de língua materna + 3. Isso quer dizer que o galego seria privilegiado culturalmente, porque só por ser galego tem acesso a duas línguas de comunicação internacional, só por isso, das mais faladas no mundo, e pode multiplicar o seu potencial plurilinguista com mais facilidade do que outras comunidades.

Vamos já à prática docente, ao que acontece nas aulas. 65% dos professores de português [inquiridos] estão a aplicar o Acordo Ortográfico. 70% têm de criar materiais próprios, não estão satisfeitos com os materiais que fornecem os materiais existentes. 55% usam um livro de português língua estrangeira, mas porque não têm outra opção. 45% não usam livro, não usam um único método para dar as suas aulas. O grau de satisfação com os métodos existentes é 3 sobre uma escala de 5. 84% querem um livro específico para os galegos aprenderem português. 50% defendem promover a pronúncia do português de Portugal, mais 33%, apesar de estarem a promover essa pronúncia, são partidários de promoverem um padrão fonético nas aulas de português que recolha traços comuns a toda a lusofonia, e não tão centrado nos traços específicos do português de Portugal. Isto é o que pensam os docentes [inquiridos]. Aqui há algumas tentativas muito meritórias e úteis de adaptar o ensino do português ao contexto específico galego [mostram-se iniciativas pedagógicas de ensino do português realizadas na Galiza]. Todas boníssimas, mas ainda nenhuma é o bastante abrangente para resolver os problemas práticos dos professores nas aulas.

Portanto, o que defendemos no que diz respeito à didática? Nós pensamos que não há que partir de uma receita ideológica. O nosso objetivo é aumentar a competência cultural e comunicativa dos nossos estudantes. E para isso vamos combinar elementos que são próprios da didática da língua materna, e outros da língua estrangeira. Penso que temos de apanhar o melhor de cada uma das metodologias. Pensamos que poderia ser possível uma focagem do tipo de “uma língua e várias sociedades”; não tanto “aprender” português, como melhorar as capacidades linguísticas dos nossos estudantes “através” do português; privilegiar os traços comuns aos diversos países lusófonos, não apenas aos que dizem respeito a Portugal; potencializar a mais-valia do galego através das aulas de português; que os nossos estudos sejam chamados estudos de língua *e cultura* dos países lusófonos, não apenas de língua; promover a abertura cultural e a vantagem cooperativa, em geral, entre os países lusófonos, e criar materiais específicos.

E por último, o que pensamos que ganham os países lusófonos? Nós temos muito claro o que ganhamos nós com a lusofonia, mas queremos mostrar o que ganha também a lusofonia com a Galiza. Em primeiro lugar, aumento do capital relacional; aumento do capital simbólico, sendo como foi a Galiza berço da língua, como já se referiu em várias ocasiões; maior diversidade cultural; potenciação também das relações comerciais; e pensamos que também é interessante, para o português, haver um referente de origem e um possível mediador não ligado diretamente à ex-metrópole.

Dava para falar muito mais. Peço desculpa se nos passamos do tempo. Muito obrigado.

PERGUNTA DO ASSISTENTE RENATO EPIFÂNIO:

Segui com interesse as várias intervenções. Tenho umas questões para o doutor Vilares e para Rosario Álvarez. Tenho uma questão de ordem mais geral e uma questão mais específica. Obviamente, do ponto de vista estritamente linguístico, acho que teremos razões para acentuar a afinidade entre português e galego, como podemos ter ou inventar razões para radicalizar a diferença. De resto, como sabe, não se passa apenas entre português e galego. Ocorre também entre português e brasileiro. Há pessoas no Brasil que, por razões certamente respeitáveis, consideram que a língua que falam os brasileiros é diferente, e ao cabo independente da que falam em Portugal. Consideram línguas independentes, uma da outra. Da mesma forma que se pode considerar que, entre Portugal e a Galiza, há uma fronteira, um corte do ponto de vista linguístico e que são duas línguas diferentes. Haveria razões linguísticas e meta-linguísticas para sustentar qualquer uma das posições, mas eu quero sobretudo olhar para o futuro. Valorizando a língua também como facto identitário, a certa altura salientou que as línguas não são apenas isso. São também um fator de comunicação e ligação ao resto do mundo. E atendendo também aos dados que deu sobre o uso, a fluência dos galegos sobre o galego, que, como referiu, é muito baixo nas camadas mais jovens, eu pergunto-me e pergunto-lhe como é que se pode tornar o galego mais atrativo. Será caminhar para o sentido que afirma a singularidade mas ao mesmo tempo uma visão mais isolacionista do galego? É que o galego seria -faço a comparação que me ocorre- seria o mirandês de Portugal a uma escala maior, algo que poderíamos valorizar, mas que não seria nunca uma ponte para a integração no espaço maior, no espaço global, ou se, pelo contrário, e esta é a pergunta, não lhe pareceria que tornaria o galego mais atrativo, sobretudo para os jovens, para torná-lo uma mais-valia, aproximá-lo da lusofonia.

Isto prende-se com a segunda questão que queria colocar a Rosario Blanco. A Sra. Doutora falou da necessária ou desejável aproximação entre o galego e a língua portuguesa. Sem que se deva antecipar qualquer cenário que dissolução. De resto, em todo caso, permita-me dizer que é um fantasma que não se põe. Em relação ao Acordo Ortográfico, várias pessoas também têm anunciado um fantasma, que é o risco de que o português se dissolva no Acordo Ortográfico, que seria uma espécie de cavalo de Troia para promover essa dissolução. Penso que com Acordo ou sem Acordo Ortográfico o português e o brasileiro serão diferentes, naturalmente, como também português e galego serão diferentes. Em todo caso, no debate da língua portuguesa, ou, se quiser, da lusofonia como uma realidade plural, polifónica. Eu não tenho uma visão da língua estrita, até diria estreita da língua que partindo dela gera, necessariamente, fraturas. E nesta questão concreta, como é que vê o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, não apenas do ponto de vista pessoal, como também em nome do Conselho da Cultura Galega. É algo que vos diz respeito, em que se sentem integrados? Nas vossas publicações adotam o Acordo? Estão a começar a adotar o Acordo? É uma questão muito concreta que eu gostava de colocar.

RESPOSTA DE RAMÓN VILLARES:

Muito brevemente. Primeiro, considero muito positivo que possa pensar-se que há afinidades ou há diferenças, e que podem sublinhar-se umas ou outras. Portanto, isso explica em parte o lugar e a situação em que estamos. E é evidente que podemos tomar caminhos diferentes. E é evidente que se tomaram no seu dia caminhos diferentes, mesmo aqui foram evocados, e que havia razões para tomar esses ou para tomar outros. E, portanto, não são ocorrências, não são gostos pessoais. Em história sabemos bem que não depende de perder um sapato que se perde uma batalha. Não é por um acidente que cai o Império Romano. Então, quando se toma uma direção é porque há forças sociais e institucionais, o que for, que indicam essa direção.

Então, primeiro, o galego evoluiu neste contexto que tentei evocar muito sumariamente, de uma alfabetização maciça e de um desenvolvimento extraordinário do ensino público de todas as línguas,

o galego suportou essa prova mas tem dificuldades. Não seria lógico negar, e tem dificuldades por parte de quem o aprendeu no sistema educativo, mais que da parte de quem o aprenderam na família. Os que aprendemos a língua galega na família, como língua habitual, somos mais próximos ou mais militantes da língua galega do que, talvez, os que o aprenderam no ensino. Não é que o desconheçam, é que não o usam, mas conhecem-no todos ou quase todos, noventa e tal por cento. Conhecem, entendem, não escrevem, mas podem falar. Então aqui há alguns entorpecimentos de caráter ideológico político e institucional, provavelmente.

Agora, como se pode caminhar cara ao português no futuro, já focando na via de ir do galego cara a uma convergência, como aqui se anunciou, se disse? Eu creio que o primeiro passo tem de ser pela via da familiaridade cultural, literária, quase antropológica, da Galiza com todo mundo dos países de língua portuguesa, e não começar pelo problema da língua. Porque está cheio de dificuldades, e creio que isso não se pode defrontar assim, de repente, porque o que fizeram todos estes professores e filólogos, gramáticos, etc., desde há 30 ou 40 anos, também não é um trabalho que se possa deitar assim ao rio. É um trabalho que se tem feito com muito esforço, com muita paixão, com maior ou menor apoio público, mas é um trabalho. Portanto, há que tê-lo em conta, e não se pode dizer que sobra, porque a alternativa não é melhor. Então eu creio que há que estabelecer passarelas, pontos por que se possa caminhar. Que o português seja uma língua ensinada na Galiza é positivo. E que possa incrementar-se porque, no fim de contas, temos um défice, como galegos. Temos duas línguas, e uma terceira referente, mas não está presente. Temos uma língua galega e uma língua espanhola, o castelhano, e é muito fraco o conhecimento da língua portuguesa, e temos que reforçar isso. É positivo e necessário. Sei que a gente jovem, se for trabalhar ao Brasil é mais apreçada se for galega, e sei que tem melhores oportunidades e, portanto, há uma mais-valia no âmbito pessoal, que se pode experimentar, comprovar, em qualquer momento. É uma comprovação empírica. Mas está a questão de como mobilizar toda a estrutura educativa, e como mobilizar o trabalho institucional, e isso é um Titanic. Uma embarcação grande.

RESPOSTA DE ROSARIO ÁLVAREZ:

Começo pela última parte. O Conselho da Cultura Galega não tem posição sobre o Acordo Ortográfico nem tem por que tê-la. É uma questão que atinge a decisões de países soberanos para adotarem a decisão que quiserem adotar sobre a sua língua. Naturalmente, com respeito. Eu, particularmente, quando utilizo o português escrevo pelo Acordo Ortográfico. E quando uso o corretor da Priberam, peço que o ponha pelo Acordo Ortográfico e é o que utilizo, mas não há uma posição institucional, que depende de quem tem essa competência, que não é nossa.

Quanto ao perigo de dialetalização, de que eu falava antes, dissolvidos no espanhol ou dissolvidos no português, não é algo do que eu tenha medo. É algo que se tem dito por parte de pessoas que defendem uma maior aproximação ao português, por medo a que o galego se dialetalize como dialeto do espanhol. Nunca tive essa preocupação, mas sim é verdade que, quando estamos a falar de uma língua que sofreu processos de minorização dentro da sua sociedade, que, como aqui se disse esta tarde e se repetiu noutras ocasiões, foi um milagre que chegasse a esta situação em que chegou ao século XX, no momento em que aumentam de maneira exponencial os meios de comunicação de massa noutras línguas que não são essa, o perigo é muito maior. Se calhar esse espécie de milagre que se produziu para que chegasse ao estado em que chegou sendo absolutamente maioritária na população até meados do século XX, podia perder-se por completo por causa não só da perda de falantes, como também da interferência linguística por uma pressão que entra em todas as casas, a todas as horas do dia, em todas as faixas geracionais de uma família, através da comunicação social maciça em espanhol.

Pela mesma razão, por esses motivos de ordem sociolinguística temos medo de essa dissolução e interferência do espanhol, temos medo que a nossa maneira de ser deixe de ser a que era por causa

dessa interferência, também, logicamente, queremos defender que essa identidade popular que há sobre a língua, esse caráter não só identitário, como também simbólico que a língua tem para todos os que somos falantes, não se perca por uma má política linguística, porque nós vivemos as reações de muitos segmentos da população, ainda hoje, como consequência de escolhas linguísticas que eram, do ponto de vista dos falantes, um pouco contra-natura. Às vezes não é que não existissem em galego. Existiam de maneira muito minoritária nalgumas zonas, mas não era de tipo geral, não eram maciças entre os falantes, mas que pareciam ser demasiado portuguesas. E não é porque fossem português de mais, polo caráter mais ou menos português, mas porque pensavam que não eram as suas, que não eram dos galego-falantes, que não havia galego-falantes de outras partes da Galiza que também as usavam. Então, isso é um temor, que se perca essa vinculação afetiva. Há quase uma desafeição face ao padrão, por temor a estarem a ser atraídos. Que, por tentar contentar uma elite cultural que tem facilidade para aprender o padrão, mesmo substituindo formas próprias de uma família, como todos nós, por outras que eram consideradas preferíveis no nível padrão, perdêssemos o afeto face ao padrão da parte de grandes contingentes da população. Este caminho em direção à padronização do galego deixou muitos e muitos problemas pelo caminho. Então, perdê-lo no último momento por forçar um pouco de mais a corda, também seria lamentável.

CONTINUA RESPOSTA DE RAMON VILLARES:

Posso comentar somente uma cousa? Nestas hipóteses que estamos a considerar, também haveria que considerar se uma solução diferente, ponhamos, o modelo Carvalho Calero, ou o modelo Lapa, teria dado resultados melhores dos que houve. Isto haveria que estudá-lo e analisá-lo. Eu não estou certo de qual teria sido o resultado. Pode haver opiniões para todos os gostos, mas não é um assunto fácil nem cómodo, porque há que lembrar que, quando se toma esta decisão estratégica de seguir um modelo de ensino linguístico mais suave, mais próximo do castelhano, ou foneticamente mais popular, o amparo político que tinha a cultura galega era mínimo. Os partidos políticos que governavam eram todos compostos por falantes de castelhano, de língua espanhola. Não falavam galego na sua grande parte. E aqueles que falavam galego, que defendiam o galego como língua, eram contrários à própria autonomia. Portanto, não é tudo branco e negro. Há aí muitos matizes. Eu não creio que o resultado seja perfeito, mas também não estou convicto que a alternativa fosse melhor. Naturalmente, esta segunda afirmação não tem qualquer confirmação empírica. É uma simples suposição. Mas provavelmente a desafeição dos habitantes da Galiza a respeito da sua língua seria maior. Isto é uma mera suposição, portanto também o auditório deve saber que as cousas não são simples. São, por definição, complexas, e temos de pensar todas as alternativas. Como em política, sempre, ou se vai por uma via ou pela outra. Se optas pela via da esquerda deixas outros flancos abertos. Sou bastante cético, mas também realista e pouco dado a escrever cartas aos Reis Magos. Os Reis Magos não estão cá.

PERGUNTA DO ASSISTENTE JOÃO MALACA CASTELEIRO:

Quero felicitá-los pelas intervenções que se fizeram cá. Para os colegas, que na sua sua intenção comunicativa, penso que falaram todos na mesma língua. Uns chamam-lhe galego, outros preferem chamar-lhe língua portuguesa. Eu penso que a língua portuguesa compreende estilos próprios. Penso que o galego é uma variante, como acontece com os brasileiros, quando falam escolhem as características da sua própria variante. Mas o que eu quero destacar aqui é um aspeto que me parece um facto muito importante. É o facto de a organização desta conferência, que é uma conferência de língua portuguesa, e com as pessoas convidadas, os nossos amigos galegos, reconhecem explícita ou tacitamente que a Galiza pertence ao espaço linguístico da lusofonia. De outro modo não se justificava. Porque, noutro caso, por que não se convidava os nossos amigos da Espanha, que é uma língua também próxima de nós, e não quero ir mais longe. Portanto este parece-me que é um facto muito importante.

Por outro lado queria felicitar os nossos amigos da Academia Galega da Língua Portuguesa, pola magnífica política de língua que têm feito nestes cinco anos em que a Academia existe. São um exemplo magnífico, quer para a CPLP, quer para Portugal, quer para qualquer país. Eles fizeram em 5 anos mais que CPLP em 15 anos ou mais que já leva.

RESPOSTA DE IVO DE CASTRO:

Eu agradeço a intervenção do professor Malaca Casteleiro, que merece ser ouvido sempre com muita atenção devido à sua longa experiência. Neste caso, as razões pelas quais esta sessão se realizou foram explicitadas no princípio desta mesa, e são três. Acho que não vale a pena andar a repeti-las. Nenhuma delas implica o reconhecimento da organização ou do Instituto Camões ou de universidade portuguesa que participa no consórcio que organizou isto, que o galego faz parte do território linguístico da língua portuguesa. Não significa absolutamente nada isso. Absolutamente nada. Por outro lado, mais. Tirar essa conclusão é uma extrapolação indevida do que foi dito aqui e do que se passou aqui.

Mais. Quando há pouco se levantou a questão de escrever a forma brasileira de usar a língua portuguesa, de um utente brasileiro, isso leva a recordar o seguinte: em nenhum manual, em nenhuma classificação, nenhum catálogo de línguas dos que são ativos, a não ser em algumas cousas de má qualidade que podem ver-se na internet, aparece identificada uma língua brasileira ao lado ou separada da língua portuguesa. Não é, digamos assim, um termo de que cientificamente se fale. Em compensação, em todos os catálogos de linguística românica respeitáveis e em uso, citáveis, neste momento, a discussão de se a língua galega é ou não é uma língua românica é uma questão considerada pacífica. A língua galega é considerada, classificada como uma língua românica, autónoma, como a língua catalã, e como várias línguas que não são línguas de estado, mas que são línguas nacionais. Isso é uma daquelas questões, digamos assim, que não merecem discussão. Faz parte dos conhecimentos que nós usamos. Portanto, podemos ter pontos de vista diferentes. Eu também tenho. Eu gostava imenso que a língua galega e o português fossem sentidos por toda a gente como a mesma língua. Eu gosto imenso de chegar à Galiza, e continuo a falar português sem necessidade de mudar de língua. Adoro que os galegos cheguem a Portugal e continuem a falar galego, e até que os ouvintes considerem que estão a falar português. Mas, na realidade, uma coisa é aquilo que nós gostamos, outra coisa é aquilo que, num quadro de conhecimento está consagrado. E neste momento há uma língua galega que é internacionalmente classificada pelos romanistas como uma língua autónoma em relação ao castelhano e ao português.

PERGUNTA DE ÂNGELO CRISTÓVÃO:

Estamos todos aqui para dar um contributo positivo. A minha pergunta é para o professor Joseph Ghanime. Quantos professores considera que estão atualmente habilitados, capacitados para dar aulas de português, na Galiza? Porque temos esta tarefa, para já, que é começar a trabalhar no futuro. O passado foi como foi.

RESPOSTA DE JOSEPH GHANIME:

Vou responder, mas com toda a prudência do mundo. O que vou dizer é uma opinião pessoal. Quero que se tome a minha resposta com a maior prudência possível. Atualmente há 70 ou 80 efetivos, enquanto professores de português, a dar aulas na Galiza, e considero que todos eles estão plenamente capacitados para realizar as suas funções.

Além disto, no sistema de ensino temos duas realidades um bocado diferentes. Os professores especialistas de português, que são contratados enquanto professores de português, essa é a realidade das escolas oficiais de idiomas e do ensino universitário, e do ensino primário; e depois

temos no ensino secundário professores de galego que, voluntariamente, introduzem o português nos seus estabelecimentos de ensino. Eu considero que estes professores estão também capacitados para dar aulas de português. E considero que estão a fazer um trabalho totalmente meritório, penso que também heroico, porque às vezes têm de se enfrentar aos privilégios com que são tratadas outras línguas, ou às inspeções que não lhes permitem introduzir o português nos seus centros. Então, mesmo que seja só pola atitude, e também polos conhecimentos, penso que estão plenamente capacitados para dar aulas de português.

Ora bem, essa situação não é muito desejável. Não há uma estrutura no ensino secundário na Galiza para o ensino do português. Tudo depende do voluntarismo, o que não acontece com o ensino do inglês, francês, alemão ou italiano. Há, portanto, uma falha no sentido de não haver uma estrutura.

Quando nos foi pedido um relatório para a ILP a respeito do que se poderia fazer para estender o português na Galiza, da DPG (Docentes de Português na Galiza), defendemos uma estratégia dupla. Por um lado, contratação de pessoal efetivo de professores de português em determinados âmbitos como as escolas de idiomas, com especialistas. E também concurso público para a contratação de professores de português no ensino secundário. Pensamos que é uma medida totalmente estratégica. Polo menos, que haja uma vaga por província. De maneira complementar, pensamos que também o professorado de galego pode contribuir muito a este processo de duas maneiras. Continuar a introduzir o português em mais centros. Em relação a isto nós fizemos uma proposta que é o “passaporte comunicativo para a lusofonia”, que consistiria em dar 40 horas de conhecimentos básicos de português, ocupando apenas uma semana de docência por ano de língua galega, que não fossem avaliáveis com testes e exames, de modo a não ter de introduzir grandes alterações curriculares, mas que sim fossem certificados ao fim do ensino secundário, em termos de horas. Dessa maneira, todos os estudantes galegos do ensino secundário teriam um certificado que diria: você já tem conhecimentos básicos de português. Todos os galegos sairiam do sistema de ensino com um certificado que dissesse que sabem algo de português, e que o poderiam usar a nível curricular. Para dar essa formação de 40 horas não cumpre ter uma formação específica de português. Um docente de galego que tenha uma formação complementar poderia dar essa informação.

Por outro lado, por meio de especialistas, tentar atingir no ensino básico, para os estudantes que escolherem português, o nível B2, enquanto noutras línguas estão a atingir o nível B1, e estender o ensino do português também aos especialistas nas escolas de idiomas. Porque se dá o caso de vilas fronteiriças, como Verim, que não têm o ensino desta língua. Como é o caso da Marinha Luguesa e zonas amplas da Galiza, onde não é possível aos adultos estudar português.

Reitero o dito. Estratégia dupla. Todos podem contribuir, mas precisamos de especialistas para dignificar o ensino.

Muito obrigado.

FIM DA SESSÃO